

gestor contábil

Revista Bimestral
13ª Edição

**GOVERNANÇA
CORPORATIVA: QUAL
A SUA IMPORTÂNCIA
PARA AS EMPRESAS?**

+

**ELISEU MARTINS
ESCREVE SOBRE NOTAS
EXPLICATIVAS**



EXPEDIENTE

CRCSP
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Claudio Avelino Mac-Knight Filippi

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS: Gildo Freire de Araújo

VICE-PRESIDENTE DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E
DISCIPLINA: Marcia Ruiz Alcazar

VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL: José Donizete Valentina

VICE-PRESIDENTE DE REGISTRO: Celso Carlos
Fernandes

CÂMARA DE RECURSOS

COORDENADOR: Mauro Manoel Nóbrega

VICE-COORDENADOR: João Carlos Castilho Garcia

MEMBROS: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho,
José Aparecido Maion e Rita de Cássia Bolognesi

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

COORDENADOR: Sebastião Luiz Gonçalves dos
Santos

VICE-COORDENADOR: Paulo Roberto Martinello
Júnior

MEMBRO: Bruno Roberto Kalkevicius

SUPLENTE: Oswaldo Pereira, Nelmir Pereira Rosas
e Rita de Cássia Bolognesi

I CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

COORDENADOR: Marcelo Roberto Monello

VICE-COORDENADOR: Walter Iório

MEMBROS: Flávia Augusto, Nelmir Pereira Rosas e
Adriano Gilioli

II CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

COORDENADOR: Valdimir Batista

VICE-COORDENADOR: Wanderley Antônio Laporta

MEMBROS: José Carlos Melchior Arnosti, José Carlos
Duarte Leardine e Manoel do Nascimento Veríssimo

III CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

COORDENADOR: Umberto José Tedeschi

VICE-COORDENADOR: Manassés Efraim Afonso

MEMBROS: Carlos Roberto Matavelli e Oswaldo
Pereira.

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

COORDENADORA: Ângela Zechinelli Alonso

VICE-COORDENADORA: Ana Maria Costa

MEMBROS: Maria Thereza Pompa Antunes,
Valmir Leôncio da Silva e Bethel Corcoruto Lombardi

CÂMARA DE REGISTRO

COORDENADORA: Neusa Prone Teixeira da Silva

VICE-COORDENADORA: Cibele Pereira Costa

MEMBRO: Ari Milton Campanhã

CONSELHEIROS EFETIVOS

Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, Gildo Freire de Araújo, Marcia Ruiz Alcazar, José Donizete Valentina, Celso Carlos Fernandes, Adriano Gilioli, Ana Maria Costa, Angela Zechinelli Alonso, Ari Milton Campanhã, Bethel Corcoruto Lombardi, Bruno Roberto Kalkevicius, Carlos Roberto Matavelli, Cibele Pereira Costa, Flávia Augusto, Inez Justina dos Santos (licenciada), João Carlos Castilho Garcia, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, José Aparecido Maion, José Carlos Duarte Leardine, José Carlos Melchior Arnosti, Manassés Efraim Afonso, Manoel do Nascimento Veríssimo, Marcelo Roberto Monello, Mariano Amádio, Maria Thereza Pompa Antunes, Mauro Manoel Nóbrega, Nelmir Pereira Rosas, Neusa Prone Teixeira da Silva, Oswaldo Pereira, Rita de Cássia Bolognesi, Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, Umberto José Tedeschi, Valdimir Batista, Valmir Leôncio da Silva, Walter Iório e Wanderley Antonio Laporta.

CONSELHEIROS SUPLENTE

Ana Maria Galloro Laporta, Alexandre Ferezini, Alexandre Juniti Kita, Antonio Carlos Gonçalves, Carlos Alberto Vieira, Claudio Gonçalo Longo, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, Emir Castilho, Fernando de Almeida Santos, Gilberto Freitas, Jairo Balderrama Pinto, Janaina Beatriz Pelicer Bevilacqua, Jorge Alberto da Cunha Moreira, José Augusto Picão,

José Luiz Ribeiro de Carvalho, Luis Carlos do Rego, Marcos Castilho Alexandre, Marina Marcondes da Silva Porto, Mauro Túlio Garcia, Moacir da Silva Netto, Paulo Cesar Adorno, Roberson de Medeiros, Roberto Yoshio Kuabata, Rosmary dos Santos, Sandra Regina Nogueira Pizzo Sabathé, Selma do Carmo Ribeiro, Suely Gualano Bossa Serrati, Vitória Lopes da Silva, Wanderley Aparecido Justi, Wanderley Aparecido Justi Júnior, William Peterson de Andrade, Yae Okada.

Gestor Contábil

DIRETOR: Claudio Filippi

CONSELHO EDITORIAL

Claudio Filippi
Antoninho Marmo Trevisan
Artur Carlos das Neves
Carlos Roberto Matavelli
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Fernando de Almeida Santos
João Carlos Castilho Garcia
Júlio Linuesa Perez
Luiz Fernando Nóbrega
Maria Thereza Pompa Antunes
Paulo Henrique Schoueri
Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos
Valmir Leôncio da Silva
Walter Iório

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Graça Ferrari - MTb 11347
JORNALISTAS: Michele Mamede - MTb 44087;
Thiago Benevides - MTb 68188
PROJETO GRÁFICO: agência BR2 -
www.agenciabr2.com.br
IMPRESSÃO: gráfica COAN
PERIODICIDADE: bimestral

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do
Estado de São Paulo

Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis
01230-909 – São Paulo – SP
Tel.: 11 3824.5400

Fax: 11 3824.5400 (ramais 1128 e 1129)

E-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br



GRANDES ACONTECIMENTOS

Governança corporativa e Notas Explicativas: dois temas de suma importância para o profissional da Contabilidade. Uma entrevista e um artigo abordam esses assuntos com muita propriedade nesta edição da revista. Não deixe de ler.

Pois é, começamos 2015 a todo vapor e com muitas tarefas a cumprir. Este é o ano da 24ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo e estamos trabalhando para que o maior evento estadual da Contabilidade fique na memória de todos.

Neste ano também teremos a apresentação de trabalhos técnico-científicos inéditos. Profissionais, professores e estudantes de Contabilidade, inscrevam-se até 17 de abril de 2015. Vejam o regulamento no site da Convenção – www.convecon.com.br

Neste ano, queremos encontrar você em Santos, no Mendes Convention Center, de 14 a 16 de junho de 2015. A 24ª Convenção é o maior evento contábil paulista deste ano e você não pode perder.

Na nossa programação, você é o convidado para participar: no primeiro semestre, a Convenção Estadual. No segundo, teremos as Convenções Regionais com atividades de desenvolvimento profissional para profissionais, empresários e estudantes da área contábil. Participe!



Por Claudio Filippi
Presidente da Gestão
2014-2015 do CRC SP



AGREGANDO
VALOR
À PROFISSÃO

SUMÁRIO

ABERTURA

3 CARTA DO EDITOR

MATÉRIA

6 O PAPEL DO PROFISSIONAL DA
CONTABILIDADE NA PREVENÇÃO
DE FRAUDES

ENTREVISTA

9 PAULO EVARISTO CARVALHINHA





CASE

15

ELAINE FUNO:
COMUNICAÇÃO E LIDERANÇA
COMO CHAVES PARA O SUCESSO

ARTIGO

18

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AS
NOVAS NOTAS EXPLICATIVAS

DESTAQUE

22

CRCSP INVESTE EM CONTEÚDO
À DISTÂNCIA

ESTANTE

23

LI, GOSTEI E RECOMENDO

O PAPEL DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NA PREVENÇÃO DE FRAUDES



Nenhum empresário ou administrador quer ver sua empresa envolvida em escândalos provocados por fraudes. Para evitar que isso aconteça, é fundamental que as empresas tenham processos transparentes e profissionais de confiança gerenciando as informações.

Segundo o presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Antonio Duarte Carvalho de Castro, “o profissional da

Contabilidade é altamente envolvido com a transparência e, por isso, se torna mais ativo no processo de detecção de fraudes”.

Castro explica também que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) contribuiu para aumentar o entendimento do profissional da Contabilidade sobre os processos da empresa. Desta forma, ao aumentar a interação com outros departamentos e conhecer mais

a fundo as transações realizadas, o profissional da Contabilidade se torna mais capacitado para detectar fraudes.

Como explica o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho, a Contabilidade “é capaz de produzir relatórios que apontam ou evidenciam anormalidades que possam estar ocorrendo”. Portanto, “a Contabilidade praticada com a observância dos seus princípios e normas é, por si só, um fator que inibe a ocorrência de desperdícios ou fraudes”.

Para isso, o profissional da Contabilidade deve sempre atuar de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e seguir o Código de Ética Profissional do Contador.

Porém, caso o profissional suspeite que alguma transação fraudulenta esteja ocorrendo, ele “deve imediatamente comunicar ao seu superior hierárquico, confidencialmente, por escrito, as supostas irregularidades que possam se transformar em fatos concretos e com consequências danosas à empresa, a seus sócios e dirigentes”. Esta é a orientação do presidente da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp), José de Souza, que, após a comunicação, recomenda o acompanhamento minucioso da suspeita.

Caso a administração não tome medidas adequadas para sanar o problema, o presidente do CFC recomenda que o profissional renuncie às suas funções para evitar seu envolvimento em situações de fraude.



Antonio Duarte Carvalho de Castro

Lavagem de dinheiro e Coaf

Para crimes de lavagem de dinheiro há uma norma específica. A Resolução nº 1.445, editada pelo CFC em 31 de julho de 2013, estabelece normas gerais para a prevenção do crime de lavagem de dinheiro. Tais normas devem ser observadas pelos profissionais da Contabilidade e pelas organizações contábeis no exercício de suas funções.

Caso haja indícios de que o cliente está realizando operações ilegais, que possam se caracterizar como lavagem de dinheiro, o profissional, após analisar o caso com especial atenção, deverá comunicar ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).



José de Souza



José Martonio Alves Coelho

“Se queremos uma profissão séria e valorizada, precisamos entender essa norma como uma proteção ao exercício profissional e não como uma barreira para conquista de novos espaços”, explica o presidente do CFC. ■

UM SISTEMA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA BEM ESTRUTURADO APOIA E INCORPORA O TRABALHO DOS AUDITORES

PAULO EVARISTO CARVALHINHA

Mais de trinta e cinco anos de experiência na liderança, desenvolvimento, gestão e orientação de diferentes negócios em vários segmentos econômicos. Empresário e conselheiro de administração, com atuação nas áreas de Estratégia e Gestão Empresarial, Desenvolvimento de Negócios e Organizacional, Profissionalização da Gestão e Governança Corporativa, foi executivo principal (CEO) em empresas de grupo multinacional, líderes de tecnologia e participação de mercado na América do Sul. Experiência expandida pela implantação e participação em empreendimentos pessoais na indústria e varejo de vestuário, construção civil e agronegócio. Membro ativo pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e conselheiro certificado.



Paulo Evaristo Carvalhinha

O que é a Governança Corporativa e qual sua importância para as empresas?

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e controladas. Envolve relações de poder entre sócios/acionistas (propriedade), o conselho (órgão colegiado) e a gestão (Diretoria Executiva). Ela facilita o relacionamento com órgãos de controle (auditoria, conselho fiscal etc.) e busca o equilíbrio das expectativas entre as partes interessadas (*stakeholders*) e preserva valores e sustentabilidade das organizações.

As boas práticas de Governança Corporativa aplicam-se a qualquer tipo e tamanho de empresa e têm por finalidade aumentar o valor das organizações, facilitar seu acesso a recursos (capital, talentos etc.) e contribuir para sua perenidade.

Nos últimos 20 ou 30 anos a globalização eliminou barreiras restando poucas restrições para limitar as transações de produtos, serviços, trabalho e capitais pelas fronteiras nacionais. A tecnologia digital acabou por eliminar questões de logística. Internet, e-commerce, redes de relacionamento democratizaram a informação.

Não importa o tamanho ou raio de atuação, todas as empresas passaram a estar “expostas” a um cenário amplo e estranho de riscos e oportunidades, que em algum momento pode ser definitivo para sua sobrevivência.

Os fundamentos da Governança Corporativa, adaptados à realidade de cada empresa, permitem que elas se estruturam para este novo cenário, cada vez mais complexo e competitivo.

Em poucos anos os “Conselhos” e outros órgãos de governança serão tão comuns nos organogramas como são hoje os departamentos de TI, Marketing, Administrativo, RH, Vendas, Operação.

Como a Governança Corporativa pode agregar valor aos negócios?

A presença de um corpo de profissionais de alto nível de experiência e capacitação, atuando sistematicamente nos Conselhos, está equipando as empresas e melhorando sua capacidade competitiva e desempenho.

Os temas do Conselho não se confundem com os operacionais, mas integram-se, fazendo a ponte que prepara para o futuro.

Há pouco mais de 20 anos com o *Cadbury Report* iniciou-se uma nova fase da Governança das empresas, especialmente nos campos da Estratégia e Desenvolvimento Organizacional, com a profissionalização dos conselhos. Este código fixou princípios e conceitos buscando primeiramente proteger o direito dos acionistas (em particular os minoritários) contra abusos e fraudes, mas em paralelo

iniciou uma fase de estruturação e fortalecimento de processos decisórios mais elaborados e isentos.

Não são apenas a imagem e a credibilidade que aumentam o valor da empresa com boa “governança”, mas principalmente a combinação destas com o fato de apresentar desempenho superior, em decorrência do gerenciamento estratégico melhor elaborado, do acompanhamento de resultados, do monitoramento da gestão, da avaliação de riscos.

Como a Governança Corporativa influencia a relação entre os gestores e os acionistas?

O Conselho é o elo entre a propriedade e a gestão e orienta a relação com as demais partes interessadas.

O Conselho de Administração é o principal elemento do Sistema da Governança Corporativa, é um órgão colegiado que decide os rumos do negócio conforme o melhor interesse da companhia.

O equilíbrio proporcional nas relações entre acionistas, gestores e demais partes interessadas faz parte dos princípios básicos da boa governança corporativa:

- **Transparência:** mais do que obrigação, é o desejo de informar para gerar um clima de confiança. Deve contemplar todas as partes interessadas, não se restringir ao desempenho econômico, mas incluir todos os fatores que orientam a ação gerencial e conduzem à criação de valor.

- **Equidade:** não só entre sócios de capital, mas também respeito aos direitos de todas as partes interessadas.

- **Prestação de contas:** responsabilidade integral pelos atos praticados no exercício dos mandatos.

- **Responsabilidade corporativa:** visão de longo prazo, incorporando considerações de ordem social e ambiental, para assegurar a perenidade das organizações.

Como é o processo de adesão às práticas de Governança Corporativa?

No Brasil, apenas as companhias listadas com papéis negociados no mercado de capitais são obrigadas por lei a terem um sistema formal de Governança Corporativa (as chamadas S.A. de Capital Aberto), que na prática representam pouco menos de 400 empresas.

Para a maioria das empresas, a adoção de um Sistema de Governança Corporativa é voluntária e depende do conhecimento e convencimento dos principais “tomadores de decisão da empresa” em compreenderem os benefícios dessa adesão.

Embora existam países em que a legislação obrigue praticamente todas as empresas a terem um Conselho (acima de determinado tamanho, equivalente às nossas “microempresas”), a opção voluntária me parece ser a melhor solução.

É essencial para o início do processo de implementação de boas práticas de governança que os tomadores de decisão (sócios ou acionistas e administradores-diretores) estejam comprometidos com os princípios da boa Governança.

Mudanças que afetam a forma de operar, ou mesmo o processo de tomada de decisões da empresa requerem suporte dos sócios e administradores. O sucesso está associado à ação destas lideranças de incorporar os conceitos e princípios da boa Governança Corporativa e, principalmente, que saibam como beneficiar a organização com isso.

Independentemente de tamanho, tipo de sociedade ou controle proprietário, os princípios e práticas da boa Governança Corporativa aplicam-se a qualquer organização, possibilitando que as empresas estruturem a alta administração para conduzi-las no complexo ambiente competitivo atual.

A boa estrutura de Governança Corporativa, com processos organizados, auxiliam até mesmo pequenos negócios a contarem com a experiência de profissionais seniores atuando como conselheiros independentes ajudando no direcionamento e foco nas prioridades.

Há um único código de Governança Corporativa?

Existem inúmeros Códigos de Governança Corporativa nos diversos países e muitos países têm mais de um

código, como os Estados Unidos, por exemplo. Entre os anos 1990 e início de 2000, houve uma grande proliferação de códigos de melhores práticas no mundo todo, até como consequência do crescimento do assunto no âmbito econômico. A maioria dos códigos apresenta grande convergência de princípios e fundamentos e alguns são considerados referências internacionais.

Na prática, uma excelente fonte de informação é o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

O senhor poderia comentar sobre os níveis de Governança Corporativa?

Governança é uma jornada, onde o esforço é para que cada etapa seja um avanço. A implementação das boas práticas de Governança Corporativa nas empresas é uma evidência de seu processo de amadurecimento.

Toda organização deve ter um Conselho, que seja coletivamente responsável pelo sucesso da empresa a longo prazo.

É uma boa prática para organizações em estágio inicial de desenvolvimento da Governança Corporativa a adoção de um Conselho Consultivo, formado por membros independentes que orientem e apoiem a atuação dos sócios. Esses conselheiros com experiência e visão externa

agregam valor para a organização e melhoram gradualmente sua Governança.

Com o amadurecimento da empresa em Governança e o natural aumento de atividades do Conselho, deve haver maior separação das responsabilidades entre a Diretoria Executiva e o Conselho. Nenhum indivíduo deve ter irrestrito poder de decisão. As funções de presidente do Conselho e executivo principal devem ser separadas. O presidente do Conselho deve ser preferencialmente independente.

Não existe uma regra geral para todas as empresas, a implantação das boas práticas de Governança deve ser específica, gradual e considerar a realidade de cada empresa.

Se esta pergunta se refere aos chamados níveis N1, N2, NM (Novo Mercado) da BM&FBovespa, neste caso, também se enquadraria o caráter evolutivo da resposta acima, embora, sob o ponto de vista de mercado, nos últimos anos todos os lançamentos tenham se dado no nível de Novo Mercado (o mais alto em termos de compromissos com a Governança), o que também parece bastante óbvio.

Para mais detalhes sobre as características destes níveis, sugiro consultar a página: www.bmfbovespa.com.br.

As empresas no Brasil estão adotando esse sistema de práticas?

Apesar do caráter voluntário, existe no Brasil um

grande número de empresas de capital fechado (S.A. ou Ltda. familiares ou de sócios) que adotam as melhores práticas e sistemas de Governança Corporativa, sem qualquer intenção imediata ou futura de abertura de capital.

Essas empresas perceberam os benefícios que um sistema de Governança bem estruturado pode trazer, justamente pelo fato de “distribuir o poder” em níveis adequados e complementares, distinguindo as decisões exclusivas para cada nível: Propriedade (assembleias/reuniões de acionistas/sócios), Conselho, Gestão (Diretoria Executiva).

Essa é uma evolução para essas empresas, que, numa fase anterior, “dividiam” essas questões de forma geralmente incompleta, não muito organizada e muitas vezes conflituosa.

Como o senhor vê a adoção da Governança Corporativa por cooperativas e empresas do Terceiro Setor?

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa pode prestar enorme contribuição para as organizações do Terceiro Setor com o bom uso de seus princípios e fundamentos adaptados às realidades dessas instituições.

Em particular, no caso das cooperativas, pelo caráter natural de dispersão da propriedade entre seus associados, a adesão às “melhores práticas” ganha importância redobrada. A adoção de um sistema de Governança Corporativa deve se adequar

às particularidades da instituição, adaptando-se, entre outros, às exigências dos diferentes órgãos reguladores conforme os segmentos em que atuam.

Além das vantagens no direcionamento e monitoramento dessas instituições, não podemos deixar de considerar os benefícios de imagem e credibilidade que a adesão às melhores práticas pode trazer e que são imperativos para as organizações do Terceiro Setor.

A Governança Corporativa contribui de alguma forma para o processo de auditoria das empresas?

A auditoria tem papel fundamental para o sistema de Governança de Corporativa, não só, numa primeira abordagem, para assegurar a fidelidade dos relatórios financeiros e a confiabilidade dos

controles internos, mas principalmente numa visão proativa, ao longo do tempo, por contribuir com o processo de melhoria contínua de todo o sistema.

A auditoria, em especial a externa/independente com sua experiência em diversas organizações, pode adicionar valor a seu trabalho nas empresas auditadas, ao mesmo tempo em que expande seu conhecimento pelo compartilhamento dessas experiências com seus clientes.

Um sistema de Governança Corporativa bem estruturado apoia e incorpora o trabalho dos auditores, facilitando o acesso à informação (princípio da transparência) e beneficiando-se pela construção de um sistema de controles eficaz, com custos adequados. ■

Plano de Saúde Coletivo por Adesão.

Contabilista: na Qualicorp você tem excelentes opções para cuidar da saúde, pelo melhor preço.¹

Planos de saúde coletivos por adesão são aqueles disponibilizados para pessoas de uma mesma categoria profissional ou área de atuação, por meio de sua entidade de classe. É o seu caso, Contabilista associado ao CRC SP.



Antes de escolher seu plano, converse com a Qualicorp.

Ligue: **0800 799 3003**

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

ou acesse: www.economizecomaqualicorp.com.br



¹Preços e condições obtidos pela negociação coletiva da Qualicorp com as operadoras de saúde parceiras.

Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Preços sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.856/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Março/2015.



Elaine Funo - gerente de Contabilidade da Embraer

ELAINE FUNO:

COMUNICAÇÃO E LIDERANÇA COMO CHAVES PARA O SUCESSO

Ter conhecimentos técnicos avançados e habilidade para obter resultados são essenciais para todo profissional. No entanto, cada vez mais características como liderança, boa comunicação e espírito de equipe tornam-se diferenciais no mercado de trabalho. Elaine Funo é um exemplo desse novo profissional e, com suas habilidades de comunicação, organização e espírito de equipe, tornou-se gerente de Contabilidade na maior empresa de aviação brasileira, a Embraer.

Nascida em São José dos Campos, Elaine cresceu em São Sebastião, para onde seus pais se mudaram quando ela tinha um ano de idade. “Meu pai é técnico em Contabilidade e foi aprovado em um concurso para a Petrobras, em São Sebastião. Lá eu cresci com toda a liberdade que uma criança deve ter, brincando na rua e praticando esportes”.

Ela fez natação na infância e vôlei na adolescência, quando participou de diversas competições

regionais. “Eu viajava muito com o time, interagindo com o grupo e me divertindo”. Também na escola, a contadora se destacava por sua capacidade de liderança. “Eu era representante de sala e adorava fazer eventos e gincanas”.

Além de todas essas responsabilidades, ela ainda arrumou tempo para tocar violão. “Minha família sempre foi muito católica e eu aprendi a tocar violão na igreja, aos sete anos. Participei por mais de dez anos da liturgia e sempre fui muito presente. Isso foi fundamental para que eu hoje seja uma pessoa espontânea e com facilidade de me expressar em público”. E para realizar todas essas atividades, ela contou sempre com o apoio e a confiança dos pais. “Eles me deram muita liberdade, todo o suporte necessário e me mostraram a importância da responsabilidade”.

Essa confiança foi decisiva também em sua vida acadêmica. Aos 17 anos, Elaine foi morar com



O marido e os filhos- apoio da família é fundamental para o sucesso

o irmão em São José dos Campos para cursar o ensino médio e o curso técnico em processamento de dados. “No curso tive a matéria de Contabilidade por dois anos e acabei me interessando, mas o incentivo mesmo veio do meu pai que trabalhou mais de 30 anos com Contabilidade na Petrobras”. Ela conta que ver a filha seguir sua profissão foi motivo de orgulho para o pai, Messias de Souza.

Elaine cursava Ciências Contábeis na Universidade de Taubaté (Unitau) enquanto trabalhava como recepcionista em uma construtora de São José dos Campos, a 40 quilômetros da universidade. Mas a persistência da estudante foi maior que a distância.

Ela se formou contadora e posteriormente fez pós-graduação e *Master in Business Administration* (MBA) nas áreas de Contabilidade e auditoria.

Em seu primeiro emprego, como recepcionista, chegou ao posto de coordenadora administrativa.

Ainda na faculdade decidiu fazer estágio, foi efetivada e trabalhou por dois anos na área fiscal, deixando o cargo para ser analista contábil na LG Philips.

“Foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar na Embraer. Eles procuravam uma pessoa com conhecimento em US GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles* - Princípios Geralmente Aceitos de Contabilidade, normas contábeis dos Estados Unidos da América) e eu cheguei a ter contato na Philips. Mas meu diferencial foi minha capacidade de comunicação e de lidar com pessoas, pois iria trabalhar como analista de resultados”.

Na Embraer sua ascensão foi muito rápida. Trabalhou por três anos como analista de resultados e foi promovida a gerente contábil.

Após cinco anos teve uma nova promoção, para diretora contábil e fiscal, função que exerce há dois anos. Para Elaine, ter entrado na Embraer

em um cargo mais operacional foi decisivo para chegar onde está. “Entende melhor quem já colocou a mão na massa. Por ter trabalhado como analista eu consigo ter uma visão mais sistêmica da empresa, o que me ajuda a tomar decisões”.

Elaine destaca que conhecer a empresa e transmitir informações com clareza estão entre as competências que todo profissional da Contabilidade deve possuir.

“Ele deve estar apto também para ouvir e explicar de uma maneira didática os conceitos contábeis a todos os seus públicos. O profissional da Contabilidade atual também precisa saber inglês e estar atualizado com as regras dos órgãos reguladores e com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS, sigla em inglês para Normas Internacionais de Contabilidade), além de ser extremamente ético e transparência em seu trabalho”.

Graças a estas aptidões, Elaine teve muitas conquistas em sua carreira. “Começar como analista e chegar a diretora em uma das mais admiradas empresas do Brasil é um orgulho enorme para mim e para minha família, em especial para o meu pai, que se orgulha de me ver

seguir sua carreira e chegar onde cheguei”.

“Na Embraer também modernizamos os processos. Quando entrei, publicávamos as demonstrações financeiras no último dia e com muito sacrifício. Desenvolvemos então um trabalho forte em equipe e hoje publicamos em, no máximo, 30 dias”.

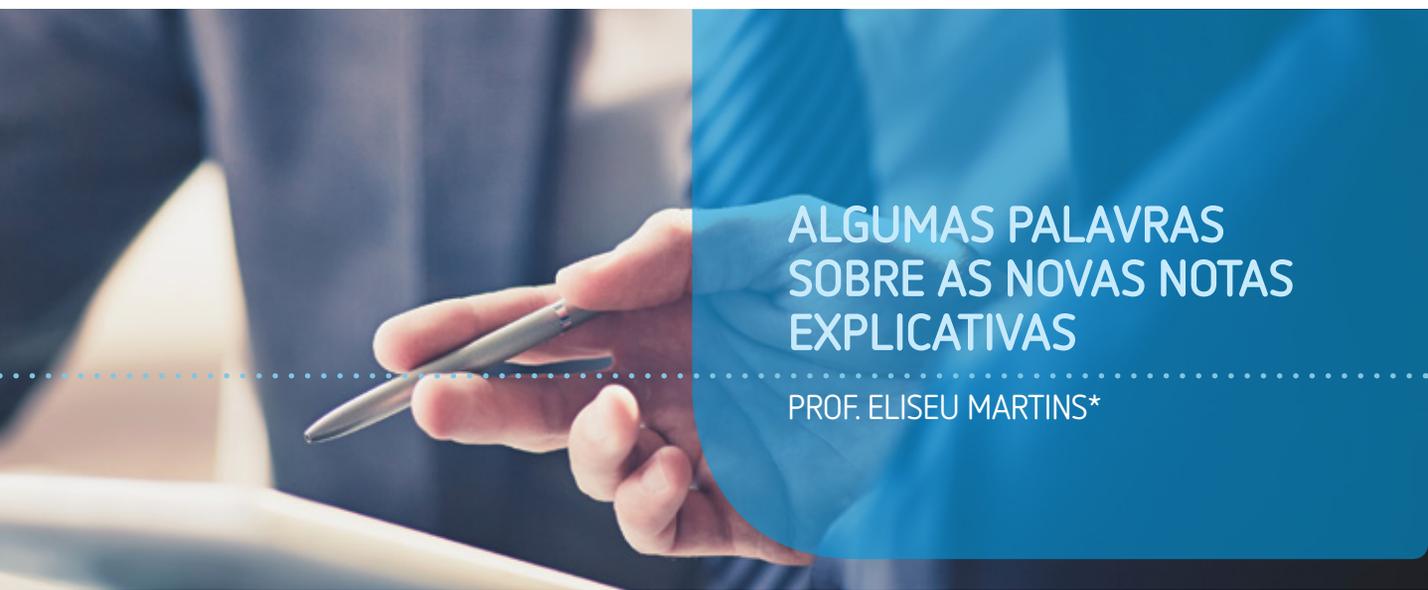
E o esforço foi reconhecido. Em sua gestão, a Embraer foi eleita duas vezes a melhor empresa no prêmio Troféu Transparência, da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), em 2008 e 2010.

Mas a maior conquista de Elaine é a sua família. “Meu grande orgulho é ter dois filhos lindos, com saúde e educados, e meu marido, que é meu grande companheiro nesta jornada”. Elaine e Hércio Funo se conheceram no curso técnico em processamento de dados e estão casados há 14 anos.

E a família está sempre reunida. “Meu hobby preferido é cozinhar. A comida une as pessoas. Sempre que posso cozinho em casa e convido a família e os amigos. Assim mantenho uma relação mais próxima com todas as pessoas à minha volta”.



A gerente de Contabilidade e sua equipe de trabalho na Embraer



ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AS NOVAS NOTAS EXPLICATIVAS

PROF. ELISEU MARTINS*

Com a emissão da OCPC -07, no final de 2014, e sua aprovação por parte da CVM e do CFC, temos um novo conjunto de diretrizes para a elaboração das notas explicativas no Brasil, já a partir do exercício de 2014.

Essa orientação é pioneira no mundo, e olha que o IASB, o FASB, o EFRAG e vários países vêm trabalhando na matéria! Essa nossa orientação foi elaborada praticamente à base do que já consta nas Normas Internacionais de Contabilidade, aliás, adotadas no Brasil desde 2010.

O que descobrimos é que não vínhamos lendo cuidadosamente o que consta nesses documentos e não vínhamos também dando a devida atenção e também não interpretando de forma adequada muitos dos seus textos.

Vamos aos pontos mais relevantes e que constam da citada OCPC:

Já está dito, há anos, na Estrutura Conceitual, que o objetivo das demonstrações contábeis “é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação **que sejam úteis** a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores”.

“**informações úteis são aquelas que são relevantes**”, e “Informação contábil-financeira relevante é aquela **capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.**”

Se o ativo imobilizado é 2% do ativo total num banco, por que mostrar sua movimentação no ano, evidenciando a conciliação entre o saldo inicial e o final? Por que 20 linhas para fazer sua discriminação, suas taxas de depreciação por natureza de imobilizado etc?

Ah! Talvez alguns digam que isso é exigido pelo Pronunciamento do Imobilizado que diz que “no mínimo” devem ser dadas tais e tais informações (isso ocorre em inúmeros Pronunciamentos).

Mas acontece que as próprias normas dizem que “qualquer informação específica requisitada por **qualquer** Pronunciamento, Interpretação ou Orientação **que não seja relevante não deve ser divulgada**”. Ou seja, obediência cega, sem julgamento, é obediência não inteligente (falar de outra forma pode ficar feio...).

E mais, que **só as informações relevantes devem ser dadas**, já que as não relevantes são capazes de, na verdade, distrair o leitor e/ou confundi-lo.

Logo, o que não for relevante não deve ser colocado nas notas ou individualmente nas demonstrações (o mais simples talvez seja definir não o que é relevante, mas sim o que não é relevante, como dizia um falecido professor: “informação irrelevante é aquela com a qual ou sem a qual o mundo gira tal e qual”).

Ou seja, se não faz diferença para o leitor, não se coloca nas notas ou não se individualiza no balanço, no resultado, mesmo que exigido pela norma. Deve-se sempre interpretar todas as exigências de divulgação das normas do Iasb, do CFC, da CVM etc. com o complemento: “desde que seja relevante”.

Lembrar que **relevância inclui materialidade e outros aspectos qualitativos**. Ou seja, todos os números que são grandes perante o tamanho da empresa são relevantes, mas números pequenos podem, em certas situações, também ser relevantes, mesmo que imateriais (pequenos).

E os números imateriais não relevantes devem ser englobados em outros, nunca dados individualmente. **E isso tudo vale não só para as notas, mas também para as próprias demonstrações.**

Por exemplo, se a empresa possui um ativo total de R\$ 100 milhões, um ativo imobilizado de R\$ 40 milhões e um ativo intangível de R\$ 50 mil, jamais deve-se explicitar esse intangível, devendo ele ser englobado em “outros ativos não circulantes” ou até mesmo dentro do imobilizado (no máximo diz-se, na nota do imobilizado, que este engloba valores imateriais de intangíveis).

A não ser que esse intangível seja a patente que é o ativo que, apesar de estar registrado por esse custo tão pequeno, representa o que de mais importante a empresa tenha em seus recursos produtores de lucro.



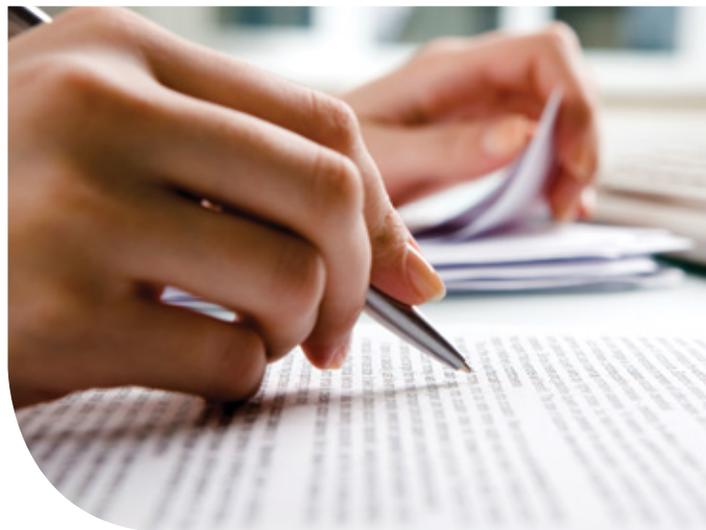
Ou seja, só se identifica individualmente esse intangível, no balanço ou na nota, para evidenciar do que se trata se for efetivamente *relevante* essa informação para o usuário.

Mais, as normas (e até a lei nossa das S.A., desde 1976!) dizem que só se deve colocar em notas aquilo que for **específico** da empresa. E isso vale inclusive para as notas onde se explicam as principais práticas contábeis seguidas pela empresa. E só devem constar dessa nota as descrições das práticas que, além de específicas da empresa, sejam, obviamente, **significativas** (termo usado pela lei, inclusive).

Não se deve simplesmente reproduzir o que já está nos documentos. E muito menos gastar 50 linhas falando de instrumentos derivativos para depois dizer que a empresa não os utiliza!!! Ou falar de propriedade para investimento se a empresa jamais investiu neles.

Obrigatório é dizer sobre as práticas contábeis **quando há uma opção, qual a adotada.** Isso não pode deixar de ser dito. Deve apenas ser mencionado, por exemplo, que “a companhia observa as práticas contábeis pertinentes relativas aos estoques, adotando o custo médio ponderado móvel para sua avaliação”. Ponto final.

Para que explicar o que é custo médio ponderado móvel? Ou, se os estoques são irrelevantes porque é uma empresa de prestação de serviços (um grande escritório de Contabilidade, por exemplo), nem precisa (nem deve, na verdade), falar de tais estoques nas notas.



Outra coisa obrigatória: se houve uma **mudança de prática contábil**, aí sim é necessário explicar qual a nova e todos os efeitos (relevantes) de sua adoção. Para as demais práticas contábeis que não sejam específicas, ou relativas a itens que não sejam relevantes, basta uma observação geral de que “as demais práticas contábeis utilizadas são as contidas nas Normas Brasileiras e/ou Internacionais de Contabilidade” (partindo do pressuposto, é claro de que essa seja a verdade!).

Mais um ponto: **a linguagem precisa ser a menos técnica e rebuscada possível**, devendo se aproximar do que é o entendimento médio de um leitor razoavelmente instruído em negócios e em Contabilidade. Apenas quando absolutamente inevitável deve ser utilizado linguajar técnico específico da entidade ou do setor. É conveniente considerar, neste caso, a apresentação de glossário completo e conciso junto com as demonstrações.

“As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter **referência cruzada** com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas” e a **ordem** pode ser “a que a administração da entidade considerar como a mais adequada”.

Agora, um dos raros pontos não mencionados especificamente nas Normas Internacionais e Brasileiras de forma explícita, mas sim de forma implícita, mas lembrada na OCPC-07: “está sempre presente a necessidade de ênfase às informações relativas a todos os temas que possam representar **riscos** para a entidade.”

Finalmente, já que estamos ocupando demasiado espaço, agora sim uma novidade: “a **administração da entidade deve, na nota de declaração de conformidade, afirmar que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão**”. Espera-se que os administradores todos leiam, e muito bem, o que assinam!

** Professor Notável 2014 (prêmio CRCSP), Professor Emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - bacharel, doutor e livre-docente pela FEA-USP. ■*

FOLHA DE PAGAMENTO - ESCRITA FISCAL - CONTABILIDADE - CONTROLE PATRIMONIAL - ADM. DE ESCRITÓRIO - NF-E

Sistema de Gestão Contábil

- EFD ICMS/IPI completo
- EFD Contribuições completo
- ECD (Escrituração Contábil Digital)
- Relatórios como mutações do patrimônio líquido e demonstrativo de fluxo de caixa
- Desoneração da Folha de Pagamento
- eSocial
- Diversidade de tipos de atividades na geração da folha de pagamento (atendendo ao ramo de construção civil, locação de mão de obra, cooperativa)
- Recurso de criação de relatórios com informações gerenciais

0800 12 74 55
11 3522-8305 / 19 3522-8300
www.supersoft.com.br



TESTE GRATUITO POR 30 DIAS
Solicite uma demonstração dos sistemas



SUPERSOFT[®]
S I S T E M A S



CRCSP INVESTE EM CONTEÚDO À DISTÂNCIA

A modalidade Conteúdo à Distância (também conhecida como Ensino à Distância ou Autoestudo) foi adotada pelo CRCSP para atender uma crescente demanda dos profissionais da Contabilidade por informações atualizadas da profissão.

Apesar do grande número de atividades de educação profissional continuada, realizadas na capital e em cidades do interior, parte dos profissionais requisitava a divulgação de conteúdo não presencial.

Uma tendência mundial em termos de educação, o Conteúdo à Distância tem como atrativo a plataforma online que facilita o acesso ao conteúdo a qualquer hora, em qualquer lugar –de casa ou do trabalho. Tudo o que o profissional sonhava!

Uma profissão que exige atualização quase que diária da legislação pertinente à área, quem

trabalha com Contabilidade não pode deixar de se informar, estudar e pesquisar sobre os assuntos que se renovam constantemente.

O Conteúdo à Distância do CRCSP é formatado pela Gerência de Desenvolvimento Profissional, disponibilizado no portal do Conselho –www.crcsp.org.br– e apresenta vários temas, disponíveis de forma gratuita para os profissionais.

O internauta escolhe o tema que mais lhe desperta interesse, estuda nos horários que deseja e gerencia o conteúdo estudado por meio dos serviços online, avaliando seus conhecimentos por um pré-teste.

Assim que concluir o estudo dirigido (apostilas, vídeos gravados, material bibliográfico indicado), é a hora de responder as questões, que pode chegar a três tentativas. Aprovado, o participante recebe um certificado de aproveitamento e o registro da carga horária dispendida. ■

LI, GOSTEI E RECOMENDO

A imaginação econômica
Gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história

Autora: Sylvia Nasar

Editora: Companhia das Letras



A Imaginação Econômica é um livro que relata a história da evolução das ideias econômicas no período compreendido entre meados do século XIX e os dias atuais, concentrando-se no debate entre os defensores da intervenção regulatória do estado na economia e os liberais que acreditam na capacidade do mercado de sozinho realizar esta tarefa.

O livro está longe de ser um maçante manual de economia. Sua autora, nascida na Alemanha, já havia demonstrado seus méritos literários em sua obra anterior, *Uma mente brilhante*, que deu origem ao filme de mesmo nome, onde narra com maestria a vida do matemático americano John Nash.

Na obra atual, Sylvia conta a história da economia dos últimos 150 anos de forma inteligente e instrutiva, através de relatos da vida dos autores dessa história. Autores estes que vão de Marx a Friedman, passando por Marshall, Schumpeter, Keynes e Hayek entre outros, ressaltando como suas experiências pessoais influenciaram suas ideias e vice-versa.

O livro é escrito de forma simples e elegante, o que torna sua leitura agradável, e fascinante.

Octavio Ribeiro de Mendonça Neto

Doutor em Ciências Contábeis, professor do curso de Mestrado Profissional em Controladoria Empresarial do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

São muitas as razões para você se tornar um cliente CONTMATIC

12 serviços gratuitos para clientes



CONTMATIC
PHOENIX
Soluções Inteligentes de Alta Tecnologia

Desde
1987

Vendas: **0800 779 4449**

www.contmatic.com.br @contmaticweb

facebook.com/Contmatic.Phoenix.Oficial



24^a

*Convenção dos Profissionais
da Contabilidade do Estado
de São Paulo*

CONTABILIDADE: CIÊNCIA A FAVOR DA TRANSPARÊNCIA



14 a 16 de junho de 2015

Mendes Convention Center
Santos - SP

Para mais informações e inscrições
www.convecon.com.br



Realização



Organizadores



IBRACON



Apoio



Agência Oficial

